

MATERNIDADE: SIMPLES ASSIM?

MOTERHOOD: IS IT SO SIMPLE?

Mariza Fossa de Camargo*

A comunicação ocorrida no dia quinze de maio de dois mil e treze, no *I Encontro de Filosofia e Gênero* na Universidade São Judas Tadeu, em São Paulo – SP – Brasil, teve por objetivo mostrar que o tema “maternidade”, tido, pelo senso comum, como algo pacífico e desprovido de conflitos, pode ser visitado por, pelo menos, duas correntes filosóficas e, longe da unanimidade aparente, exige um olhar reflexivo.

Para provocar estas reflexões, foram convocadas ideias e ideais do século XVIII e do século XX.

Numa breve explanação sobre o modo como a maternidade estava sendo exercida na sociedade francesa do século XVIII e como, a partir dos argumentos naturalistas de Rousseau, apresentando a ideia de “instinto materno”, houve uma transformação que percorre o tempo e chega até hoje ao imaginário feminino.

No entanto, procurou-se mostrar que esta não é a única maneira de se vivenciar a maternidade, como defende o existencialismo de Simone de Beauvoir. Assim, numa visita aos argumentos da filósofa do século XX oferece-se a possibilidade de “escolha” como alternativa ao determinismo do “instinto materno”.

A apresentação do trabalho inicia com os exemplos de duas mulheres que viveram a maternidade no século das luzes: Émilie de Châtelet e Louise d'Épinay.

A primeira, representante da esmagadora maioria das mulheres da época, que viviam a maternidade como apenas mais uma de suas obrigações sociais, pariam e entregavam imediatamente os filhos às amas de leite que, de forma mercenária, amamentavam, cuidavam e educavam os filhos da nobreza. Essas mulheres preenchiam suas vidas com atividades da corte, com a companhia de amantes e, raramente como foi o caso de Mme Châtelet, com a dedicação aos estudos.

* Graduada em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: marifoca@ig.com.br

De outra feita, Mme d'Épinay representa a nova mãe francesa – a imagem das mulheres que não conseguem realização pessoal nas atividades oferecidas pela vida de cortesã e ao mesmo tempo, desiludidas em seu casamento, vivem na solidão. As tais mulheres encontrarão na possibilidade do contato íntimo com seus filhos, uma forma de salvar suas vidas. Assim, de forma revolucionária, pretendem amamentar seus filhos conforme as novas orientações de alguns médicos e outros tantos moralistas da época que atribuíam a esta atividade a possibilidade de salvação da sociedade francesa do caos moral em que se instalara. No entanto, a resistência da sociedade era tamanha ao ponto de Mme d'Épinay ser terminantemente proibida de amamentar seus filhos, pelo seu marido, que argumenta nos seguintes termos:

Vós, aleitar vosso filho? Pensei em morrer de rir... (...) acreditais que eu concordasse com este ridículo? Minha querida, qualquer que possa ser o parecer dos senhores parteiros e médicos, abandonai absolutamente esta ideia (...) (BADINTER, 2003, p.112).

Rousseau, filósofo da segunda metade do século XVIII, foi apresentado em seguida, como o teórico que lança a ideia de “instinto materno”. Tratou do tema no seu livro *Emílio ou da Educação*, argumentando veementemente em favor das mulheres assumirem a maternidade como algo de sua natureza. Afirma que se a sociedade continuar estruturada como está, apoiada nas aparências e nas futilidades das relações sociais, não há futuro para a Europa. A salvação está atrelada às mulheres cumprirem seu “dever indiscutível”, pois existe em todas as mulheres o “instinto materno” que deve ser vivido plenamente. Rousseau usa de argumentos incisivos como:

A mãe que imagina substituir a ama e corrigir sua negligência com crueldade, engana-se. Ao invés de fazer um filho amoroso de um bebê desnaturado, ela o exercita na ingratidão: ensina-lhe a desprezar um dia quem lhe deu a vida tal qual quem lhe deu o leite (ROUSSEAU, 1995, p.20).

Ou ainda:

Não contentes em terem deixado de amamentar seus filhos, as mulheres se recusam a fazê-lo; a consequência é natural. A partir do momento em que o estado de mãe se torna oneroso encontra-se logo um meio de se desembaraçar dele inteiramente; quer-se realizar um trabalho inútil, a fim de recomeçar e multiplicá-lo sempre, e contra a espécie é que se volta a atração dada para

multiplicá-la. Esse expediente acrescentado a outras causas de despovoamento anuncia o destino próximo da Europa. As ciências, as artes, a filosofia e os costumes que engendra não tardarão em fazer dela um deserto (ROUSSEAU, 1995, p.19).



Na sequência da comunicação, foram apresentadas as ideias de Elisabeth Badinter, filósofa e feminista contemporânea nossa, que argumenta que estas ideias disseminadas por Rousseau, estão cada vez mais presentes nos corações e mentes das mulheres deste início do século XXI, pois vêm reforçadas por um discurso argumentativo até mais convincente aos inevitáveis caminhos rumo aos compromissos da maternidade.

São três as frentes identificadas por ela nesta batalha: os ecologistas, os cientistas do comportamento – etologistas – e as feministas essencialistas.

Aos ecologistas, que propõem uma reviravolta dos nossos atuais valores, ao invés de dominar a natureza, o homem precisa submeter-se às suas leis, atribui-se uma verdadeira guerra contra a química. Neste sentido, no campo das relações entre as mulheres e a maternidade, orientam suas adeptas (e tentam convencer as demais) que o uso de substâncias químicas são prejudiciais – incluindo os anticoncepcionais e os anestésicos que eliminam as dores do parto.

Aos cientistas do comportamento, atribui-se a reafirmação do “instinto materno” com apoio na etologia (ciência do comportamento das espécies animais). Colocam a questão vinculada aos hormônios da “maternagem” que a mulher possui como qualquer outra fêmea de mamíferos (oxitocina e prolactina). Rotulam de “desvios patológicos” e “aberrações culturais” as mulheres que se negam a viver a experiência a elas destinada pela natureza. Desenvolveram a teoria do “bonding” – vínculo- que é bem exemplificada pelas palavras de seus inspiradores teóricos, John Kennel e Marshall Klaus:

Se as crianças não têm isso, elas se tornarão insuportáveis na escola e jamais vencerão; elas deixarão a todos furiosos; mais tarde se tornarão delinquentes e eventualmente, terroristas (KENNEL & KLAUS, 1972, p.460, *apud* BADINTER, 2011, p.119).

As feministas “essencialistas” afirmam que

a maternidade é a experiência crucial da feminilidade (...) é preciso realizar um retorno à mãe natureza (...) recuperar o orgulho do nosso papel de nutriz do qual dependem o bem estar e o destino da humanidade (BADINTER, 2011, p.71).

Estes argumentos, que, segundo Elisabeth Badinter, só contribuem para reforçar uma ditadura da maternidade pela culpa, levam nossa sociedade a um possível retrocesso em relação às conquistas femininas que vêm ocorrendo desde meados do século XX e que tem como principal teórica a filósofa Simone de Beauvoir.

Passou-se neste momento da apresentação do trabalho, a explanação breve das ideias de Simone de Beauvoir em relação à maternidade, introduzindo a outra visão possível deste tema proposta neste trabalho.



Simone de Beauvoir, filósofa existencialista, afirma que a “existência precede a essência” e, portanto, não há como existir *a priori* um “instinto materno”. O que há é uma

opressão histórica que leva as mulheres a abrirem mão de seus próprios destinos para cuidarem de um outro. Nisto, a realização das mulheres fica atrelada à de seus filhos homens e às filhas mulheres cabe o seu destino reproduzido.

Este paradigma da natureza humana leva a alguns preconceitos que devem ser derrubados, segundo Simone de Beauvoir: o primeiro é que “não é verdade que a maternidade seja o ideal de todas as mulheres” e outro que “não é verdade que todas as crianças estejam seguras com suas mães”.

Em relação ao segundo preconceito citado, diz a autora que “existem mães más!”

As relações sociais que colocam as mulheres apenas do ponto de vista de uma função social a ser cumprida (a maternidade) sem se ocupar das individualidades, necessariamente tendem a ocultar os sofrimentos que ocorrem na intimidade dos agentes particulares. Simone de Beauvoir vai nos explicitar alguns comportamentos maternos que definitivamente não são explicitados frequentemente. Diz ela que há mães sádicas (que batem em seus filhos para se vingarem de algum homem, do mundo ou delas mesmas – mas são as crianças que apanham); mães masoquistas (para se punirem de alguma hostilidade, agem como vítimas – não deixam os filhos se afastarem); mães caprichosas (dominadoras, tratam os filhos pequenos como brinquedos e mais tarde cobram-lhes obediência); mães vaidosas (exibem seus filhos como animais amestrados); mães ciumentas (isolam-se do mundo com seus filhos, privando-os do convívio social) e mães poedeiras (aquelas que o prazer se dá na gravidez e no parto- perdem o interesse pela criança assim que este nasce).

O outro preconceito observado por Simone de Beauvoir é ainda mais incisivo na relação da construção do feminino da mulher moderna: não ser a maternidade o ideal de realização de todas as mulheres, oferece a possibilidade de reflexão sobre o indivíduo e a relação com a maternidade.

Assim, quando o “relógio biológico” (o alarme hormonal indiscutivelmente feminino) ativa seu despertador, consegue-se pensar que não apenas a condição biológica, mas também uma construção social, são as responsáveis por este alarme estar ativado. Trata-se de um momento de decisão.

Assim, o que se observa, são mulheres sob a pressão exaustiva do mito da “mãe perfeita” que se instaura com a retomada da ditadura do “instinto materno” pela

modernidade. Acrescem-se aí as facilidades de contraceptivos e cada vez mais têm-se optado por não viverem a experiência da maternidade.

Esta decisão vem embasada numa consciência de optar pelo bem estar pessoal, mas também, em alguns casos, pelo bem estar das crianças como explicita o filósofo contemporâneo Michel Onfray:

As crianças que inicialmente demandam a condição de existir em preferência do nada. Podem legitimamente exigir de seus genitores uma assistência material, e também psicológica, ética, intelectual cultural e espiritual durante pelo menos os dois primeiros decênios de existência. Já que a paternidade e a maternidade não são obrigações éticas, mas possibilidades metafísicas, o desejo de pôr no mundo deve, imperativamente, sustentar-se na capacidade e na vontade deliberadas de tornar-lhes a existência o mais digna possível. (ONFRAY, 2.001, p.218, *apud* BADINTER, 2011, p.153).

Esta é a nossa pequena contribuição sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie: A Ambição Feminina no Século XVIII**. Tradução Celeste Marcondes. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

BADINTER, Elisabeth. **O Conflito: A Mulher e a Mãe**. Tradução Vera Lúcia dos Reis. São Paulo: Editora Record, 2011.

BEAUVOIR, Simone de: **O Segundo Sexo**. V. II. A Experiência Vivida. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

ROUSSEAU, Jean Jacques: **Emílio ou da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.